

Repasse de contratos

BRASÍLIA — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), decidiu fazer uma pesquisa junto a obras públicas e empreiteiras para, com base nos documentos da Norberto Odebrecht apreendidos, desvendar o esquema de repasse de contratos. Com o objetivo de acertar a nova linha de investigação, Magalhães reuniu-se no sábado pela manhã com os coordenadores das subcomissões de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), e de Patrimônio, senador José Paulo Bisol (PSB-RS).

“Essas organizações estão mais interessadas nos repasses de recursos do que nas obras — isto é o que queremos demonstrar”, afirmou Bisol. O senador gaúcho, que denunciou a existência de uma organização secreta de empreiteiros criada para definir o destino de recursos públicos e fraudar licitações, está convencido de que “a mercadoria da Norberto Odebrecht não é a constru-

ção, é o repasse de verbas”. Ele reafirmou que as grandes empreiteiras funcionavam como intermediárias, ganhando concorrências e repassando a execução das obras para empresas menores.

A CPI do Orçamento vai investigar obras que teriam sido repassadas, para descobrir os valores negociados entre a empresa que venceu a concorrência e a que executa. Integrante da Subcomissão de Patrimônio, o deputado Zaire Resende (PMDB-MG) afirmou que “há uma tentativa de implodir esta linha de trabalho da CPI, o fim deste esquema fere muitos interesses, mexe com empresas, parlamentares, governadores, ministros e funcionários do Congresso e do Executivo”.

Para Resende, as grandes empreiteiras atuam como PC Farias durante o governo Collor. “As empresas se apropriam do dinheiro do Estado”, disse, “praticando o que no esquema PC era chamada de alavancagem”.